TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL
Brasil

PERGUNTAS FREQUENTES

Ranking de Transparência no Combate à COVID-19

Governo Federal, Estados, Distrito Federal e Capitais Brasileiras

SOBRE O RANKING

1. O que é o Ranking de Transparência no Combate à COVID-19? Já não existe o Índice de Transparência para COVID-19 da Open Knowledge Brasil? ↗

O Ranking de Transparência no Combate à COVID-19 tem como foco a transparência das compras públicas na pandemia, enquanto o Índice da Open Knowledge Brasil é focado nos dados sanitários e epidemiológicos. São complementares e igualmente importantes.

Enquanto o ranking da TI ajudará a sociedade a acompanhar a integridade das respostas do poder público e bom uso dos recursos, o da Open Knowledge Brasil ajuda a monitorar a qualidade dos dados e informações relativos à pandemia publicados pelo poder público – o que é essencial para o acompanhamento da eficácia das ações realizadas para aprimorar a infraestrutura de saúde do país e conter a pandemia.

É importante unir esforços, cada qual no que tem maior conhecimento e pode agregar mais valor. Por isso dialogamos com a OKFn desde o início e identificamos muita sinergia. Haverá cooperação e não competição, pois nossas causas são comuns.

2. O que exatamente o Ranking de Transparência no Combate à COVID-19 avalia?

O ranking avalia se o governo federal, os 26 governos dos estados e o Distrito Federal, além das 26 prefeituras das capitais brasileiras, proveem acesso pleno, ágil e fácil aos dados sobre contratações emergenciais. A avaliação considera não apenas as exigências de disponibilização de informações previstas pela Lei 13.979/2020, que regulamentou as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública no país, mas vai além. O ranking também procura mensurar os esforços desses entes públicos em tornar esses dados mais acessíveis ao conjunto da população; inclusive por meio de formatos abertos que os tornem "legíveis" por máquinas (isto é, programas de computador que podem extrair e analisar dados automaticamente). Também avalia a atitude proativa desses governos no sentido de não apenas apresentar a informação, mas também disponibilizar canais de comunicação para que a população possa fazer denúncias e solicitar outras informações que não estão, a priori, disponibilizadas. Por fim, são analisados os esforços para divulgar, para um público mais amplo, as informações sobre as contratações emergenciais e o arcabouço legal destinado a prevenir e detectar casos de corrupção.

3. Quais são as classificações do ranking: do melhor ao pior resultado?

O ranking vai de zero a 100 pontos: zero (péssimo) implica que o ente avaliado é totalmente opaco e 100 (ótimo) indica que oferece alto grau de transparência.

PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO
0-19 PTS	20-39 PTS	40-59 PTS	60-79 PTS	80-100 PTS

4. Como este ranking é calculado? De que o índice final é composto?

A pontuação final do ranking é calculada a partir de notas atribuídas a um conjunto de informações buscadas nos portais dos 54 governos federal, estaduais, distrital e municipais. Em cada um deles, os pesquisadores da Transparência Internacional Brasil avaliam a transparência das informações sobre contratações emergenciais que estão à disposição do público.

Os dados encontrados são categorizados em quatro dimensões de análise: informações disponíveis; formato das informações; legislação; e controle social. Em seguida, as informações são separadas em diversas categorias, conferindo-lhes pontuações de acordo com pesos de valorações pré-definidos.

Acesse o site do ranking e baixe a nota metodológica completa. ↗

5. Por que este ranking foi criado?

Neste contexto da pandemia do COVID-19, governos do mundo inteiro estão gastando somas extraordinárias e flexibilizando os controles regulares, já que é imprescindível responder à emergência gastando o que for necessário e com agilidade. Mas gastar bem também contará muito no salvamento de vidas e na retomada econômica. É aí que a transparência se torna essencial, pois garantir transparência não significa emperrar o gasto público. A transparência é extremamente eficaz para prevenir o desperdício e a corrupção. A luta contra a corrupção é sobretudo uma luta por direitos e, em um contexto de pandemia, isso fica ainda mais evidente – uma vez que estamos falando de esforços para preservar o próprio direito à vida.

6. Com que frequência os dados desse ranking são atualizados?

A princípio, os dados do ranking serão atualizados mensalmente. Esta periodicidade poderá ser alterada em função da evolução mensurada e de outras mudanças no cenário nacional de enfrentamento à COVID-19.

7. Como os dados são coletados?

As informações sobre contratações emergenciais são buscadas nos seguintes portais: portal oficial do governo, Portal da Transparência, portal dedicado à Covid-19, portal de compras, portal dedicado às contratações emergenciais e no Portal de Dados Abertos de cada um dos entes governamentais avaliados. Apesar da multiplicidade de sites que podem eventualmente ser avaliados, é boa prática concentrar todas informações sobre as contratações emergenciais em um mesmo espaço, de modo a facilitar o controle social. Além disso, buscou-se também por publicações sobre contratações emergenciais nos perfis oficiais dos governos estaduais, distrital e municipais nas redes sociais (Facebook e Twitter).

No caso do governo federal, em particular, foi considerado o site do Ministério da Saúde, onde estão publicadas informações sobre as contratações realizadas por aquele órgão. Esta escolha metodológica se deu em função do próprio destaque atribuído a ele por outros sites do governo federal, como o Portal da Transparência e o site da CGU. De fato, a falta de um site que concentre informações sobre todas as contratações emergenciais realizadas pelo governo federal é uma das principais deficiências na transparência de sua resposta à atual crise.

8. Os gestores dos governos avaliados têm acesso ao ranking antes de ser publicado?

Os resultados preliminares são apresentados às/aos gestoras/es responsáveis pelos órgãos de controle interno do governo federal, todos os estados, DF e municípios com objetivo de oferecer a oportunidade para que todas/os tomem conhecimento deles, implementem melhorias e apresentem eventuais pedidos de esclarecimento ou correção em relação às conclusões inicialmente alcançadas. Por fim, as comunicações recebidas, juntamente com as evidências apresentadas, são consideradas pela equipe da TI Brasil e os resultados finais são consolidados e publicados.

9. Por que esse ranking não avaliou o governo federal em seu lançamento, em maio de 2020, e na primeira atualização, em junho?

A Transparência Internacional - Brasil definiu como prioritário, em um primeiro momento, avaliar a ação de um conjunto de governos locais por diferentes fatores. Primeiramente, a atuação de governos municipais, estaduais e distrital têm grande impacto sobre os/as cidadãos/ãs – sobretudo quando se trata de saúde, um dos setores mais vulneráveis e dependentes dos investimentos públicos. O segundo ponto é que, em um contexto de pandemia, os riscos de corrupção na prestação desses serviços tornam-se ainda maiores no nível local, pois, normalmente, há menos controle e vigilância por parte da sociedade civil, órgãos de controle e imprensa. Já existem diversos exemplos de desvios de recursos e sobrepreços na compra de itens e serviços essenciais ao enfrentamento da COVID-19, tais como respiradores, medicamentos e equipamentos de proteção de médicos e enfermeiros. Em terceiro lugar, em um país continental como o Brasil, é fundamental investigar e lançar luz sobre as diferentes abordagens, ferramentas e iniciativas de promoção à transparência e combate à corrupção encontradas em governos locais, inclusive em contexto emergencial. Após duas edições do ranking, em maio e junho, verificamos que os gestores desses entes federativos e das capitais responderam prontamente ao chamado por maior transparência. Concomitantemente, a imprensa e o Tribunal de Contas da União destacavam naquele momento os crescentes obstáculos impostos pelo governo federal à prestação de contas e fornecimento de informações sobre as contratações realizadas pelos diversos órgãos federais. Entendemos, então, que era o momento de avaliar o governo federal para estimulá-lo a seguir o bom exemplo proporcionado por diversos governos subnacionais.

10. Por que, em 1 de setembro, a TI Brasil mudou a metodologia utilizada para avaliar estados, prefeituras e o governo federal?

O combate ao coronavírus envolve diversas frentes e setores da administração pública e a Transparência Internacional – Brasil promove a transparência em relação a todas medidas de contenção da crise, inclusive àquelas que extrapolam as contratações emergenciais. Pensando nisso, três principais mudanças foram realizadas nesta nova versão da metodologia do Ranking de Transparência no Combate à Covid-19: (i) foi modificada a pontuação de alguns critérios já existentes na metodologia anterior, com o intuito de estimular a publicação de documentos sobre as contratações emergenciais e facilitar o monitoramento dos contratos já celebrados; (ii) foram inseridos novas dimensões de análise relativas às doações recebidas pelos governos, às medidas de estímulo econômico adotadas (como renúncias e incentivos fiscais, abertura de linhas de crédito subsidiadas, etc.) e às medidas de proteção social instituídas (distribuição de cestas básicas, auxílio emergencial, etc.); e (iii) por fim, foram incluídas questões para verificar a eficácia dos mecanismos de accountability e controle social, tais como a publicação de relatórios estatísticos descrevendo a resposta do poder público a denúncias e pedidos de acesso à informação, e para incentivar a inclusão de instrumentos de visualizações em infográficos e dashboards interativos para os dados agregados das contratações emergenciais.

11. Podemos comparar os resultados da 4ª edição do Ranking com os resultados obtidos nas edições anteriores?

Não. A metodologia de avaliação do Ranking foi atualizada e foram inseridas novas dimensões de análise, alterando, inclusive, o cálculo para extração dos resultados. Por isso, os dados desta quarta avaliação não são comparáveis com os anteriores e não foram apresentados junto com as variações positivas ou negativas em relação às notas do terceiro Ranking. Para uma análise completa sobre os itens que foram pontuados por cada ente governamental avaliado, inclusive eventuais oscilações na avaliação dos critérios que não sofreram alteração na nova metodologia, a base de dados disponibilizada na página principal do Ranking pode ser consultada.

12. Por que esses novos critérios não foram adotados desde o lançamento do ranking em maio?

Após três versões do Ranking, houve uma melhoria significativa das notas dos entes governamentais avaliados, significando que houve uma significativa adesão às recomendações avaliadas pela primeira metodologia e, como resultado, um avanço nos mecanismos de promoção da transparência referente às contratações emergenciais. Com o intuito de aprimorar a ferramenta de avaliação do governo federal, estados/DF e capitais brasileiras e promover melhorias na transparência de outras medidas adotadas para enfrentar a crise causada pela Covid-19, optou-se por ampliar o escopo de análise. A mudança também atende à evolução da pandemia no Brasil: em um primeiro momento, a prioridade do poder público era adquirir os bens e contratar os serviços necessários para enfrentar a crise na saúde pública; agora, já se nota uma maior preocupação com a crise socioeconômica e suas consequências.

13. A minha cidade não está entre as analisadas pelo ranking. O que devo fazer?

A metodologia empregada na construção do Ranking de Transparência no Combate à COVID-19 está disponível na internet ↗ e pode ser utilizada para avaliar o nível de transparência de outras cidades, especialmente, daqueles municípios que têm mais de 500 mil habitantes. Reconhecemos que há grande diversidade entre os municípios brasileiros e que os pequenos e médios municípios enfrentam limitações financeiras e materiais que podem dificultar a realização de algumas das recomendações que fundamentam este ranking. Por essa razão, adaptações podem ser realizadas de modo a garantir a transparência das contratações emergenciais mesmo em um contexto de recursos financeiros e tecnológicos mais limitados.

Além de aplicar a metodologia individualmente, sugerimos também considerar a possibilidade de cooperar com jornalistas investigativos e ONGs locais que realizam o controle social da administração pública. Com a ajuda da metodologia, poderão analisar o desempenho de suas cidades e comparar com outras, utilizando os resultados para cobrar as autoridades locais por melhorias.

» Caso necessite de orientações adicionais sobre como avaliar sua prefeitura e pressionar por avanços, escreva para **campanha@br.transparency.org**. Se seu interesse é entender em profundidade o ranking e a metodologia para uma pesquisa acadêmica, envie sua dúvida para **conhecimento@br.transparency.org**. Gestores públicos interessados em aprimorar as práticas de transparência no enfrentamento à COVID-19 também podem escrever para **conhecimento@br.transparency.org**. Se você for um jornalista e quiser a colaboração da Transparência Internacional em uma reportagem sobre a transparência nas compras emergenciais em sua cidade, o e-mail de contato é **comunicacao@br.transparency.org**.

SOBRE OS RESULTADOS

14. Quem são os “vencedores” do Ranking?

Não é correto falar em “vencedores” do Ranking, mas sim em governos que estão em maior consonância com as melhores práticas de transparência e dados abertos ou, ainda, que implementaram estas práticas de forma mais célere para proteger da corrupção a resposta do poder público à pandemia provocada pela Covid-19.

Este é um ranking dinâmico, sempre atento às atualizações que forem necessárias. Sendo assim, as novas iniciativas e avanços nos portais governamentais avaliados serão contabilizados nas próximas avaliações. É possível que as notas mudem e, consequentemente, poderá haver alterações nas posições do Ranking em futuras edições.

15. Estar bem colocado nesse ranking significa que aquele ente público é bem-sucedido na prevenção e no enfrentamento da corrupção nas contratações emergenciais da atual pandemia?

Não. O ranking de Transparência no Combate à COVID-19 não afere o número de irregularidade, nem tampouco identifica casos de corrupção. Contudo, a transparência pública é uma das formas mais eficazes para a prevenir a corrupção. Portanto, embora não se possa afirmar que governos mais transparentes são imunes à corrupção, pode-se considerar que estão adotando o caminho mais recomendado para prevenir o problema.

A corrupção – diferentemente de suas consequências que são muito evidentes e bem conhecidas – é um fenômeno complexo, multidimensional e, muitas vezes, invisível. É por esse motivo que a Transparência Internacional não mede a corrupção, mas, em outras instâncias, o nível de percepção sobre ela, como no caso de nosso principal índice, que é o Índice de Percepção da Corrupção (IPC).

16. Como vocês explicam o fato de a imprensa trazer denúncias de corrupção envolvendo contratações emergenciais de entes públicos que aparecem com boa colocação no ranking?

A boa prática de dar ampla publicidade aos dados relacionados a contratações emergenciais em resposta à Covid-19 não elimina a possibilidade de entes públicos estarem eventualmente envolvidos em denúncias de corrupção. A própria facilidade de acesso por parte da imprensa, sociedade civil e órgãos de controle a essas informações cria oportunidade para que casos suspeitos venham à tona – e virem notícia. Ao mesmo tempo, é comum que governos envolvidos em escândalos de corrupção reajam com melhorias de transparência, seja para prevenir que o problema volte a ocorrer, seja pela razão menos nobre de querer apenas melhorar sua imagem.

17. Vocês entendem que criar um ranking é suficiente para combater a corrupção nas contratações emergenciais no enfrentamento da pandemia do coronavírus?

Não há fórmula mágica contra a corrupção, mas há meios institucionais e legais eficazes para combatê-la. Um deles é justamente o fortalecimento da transparência, *accountability* e do controle social. Defendemos que impulsionar a transparência de instituições, processos administrativos e do orçamento público torna a corrupção mais difícil de acontecer e custosa. Nesse sentido, a criação deste ranking, assim como a publicação das **Recomendações para a Transparência de Contratações Emergenciais em Resposta à Covid-19**, pretende munir governos com meios e orientações para fortalecimento dos seus mecanismos de transparência e prevenção à corrupção, dificultando práticas ilegais e desvios nas contratações emergenciais realizadas no âmbito do combate à Covid-19.

18. O que a imprensa, sociedade civil e os órgãos de controle podem fazer com os resultados do ranking e com os dados disponibilizados?

Os resultados do ranking podem ser utilizados para pressionar governantes e gestores públicos a melhorarem seus padrões de transparência. Esta pressão pode ser exercida dando visibilidade em matérias de jornais, através de mobilizações em redes sociais e por um **mecanismo de pressão disponibilizado pela própria Transparência Internacional: transparenciasalva.org.br.**

Os dados que são disponibilizados sobre as contratações públicas podem ser utilizados para identificar sobrepreços (através de comparações com outras compras similares), fraudes (por exemplo, com empresas de fachada fornecendo insumos e serviços que não têm histórico ou capacidade de produção), conflitos de interesse (contratações de familiares ou pessoas associadas a gestores públicos e governantes), entre outras formas de corrupção e desperdício de recursos públicos.

SOBRE A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL

A **Transparência Internacional** é um movimento global com um mesmo propósito: construir um mundo em que governos, empresas e o cotidiano das pessoas estejam livres da corrupção. Atuamos no Brasil no apoio e mobilização de grupos locais de combate à corrupção, produção de conhecimento, conscientização e comprometimento de empresas e governos com as melhores práticas globais de transparência e integridade, entre outras atividades. A presença global da TI nos permite defender iniciativas e legislações contra a corrupção e que governos e empresas efetivamente se submetam a elas. Nossa rede também significa colaboração e inovação, o que nos dá condições privilegiadas para desenvolver e testar novas soluções anticorrupção.

APOIO

Canada